



REVISTA ULYSSES

ABRIL 2026

MICHEL TEMER
ANALISA
OS CAMINHOS
PARA O BRASIL

E mais:

Baleia Rossi

Vinícius Lummertz

Alessandro Vieira

Marco Antonio Villa

Kátia Lobo

EDIÇÃO ESPECIAL
**CAMINHOS
PARA O BRASIL**

NOSSO PAÍS, NOSSA CAUSA.

Expediente

Conselho Curador

Presidente:
WELLINGTON MOREIRA FRANCO

Vice-presidente:
CARLOS ALBERTO CHIODINI

Conselheiros Titulares:
PALMÍNIO ALTIMARI FILHO
NELSON TADEU FILIPPPELLI
GABRIEL VIEIRA DE SOUZA
VENEZIANO VITAL DO REGO
SEGUNDO NETO
REGINA HEURICH PERONDI
JANAÍNA GREYCE RIVA FAGUNDES

Suplentes:
WASHINGTON APARECIDO DOS SANTOS
ROMERO JUCÁ FILHO
ÂNGELO GIROTTI NETTO
MARIANA BAGGIO ANNIBELLI
JOSÉ MARTINHO DOS SANTOS BARROS

Diretoria Administrativa

Diretor Presidente:
ALCEU MOREIRA

Diretor de Relações Institucionais:
RAFAEL DE GÓES BRITO

Secretário Geral:
WELLINGTON COIMBRA

Tesoureiro:
HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO

Diretores Suplentes:
RENATO GUIMARÃES ADUR
VALDIR VITAL COBALCHINI
SIMONE APARECIDA
CURRALADAS DOS SANTOS

Secretário Executivo:
GUTO SCHERER

Conselho Fiscal

Presidente:
BRUNO GABRIEL MESQUITA

Vice-Presidente:
DIRCE HEIDERSSEIDT

Conselheiro:
JOSÉ FERNANDO DESIDERI

Suplentes:
CARLOS RICARDO SANTA RITA
ALOISIO JUSTINO DO NASCIMENTO
ROBERT BONIFÁCIO DA SILVA

Conselho Editorial

Presidente:
JOSÉ ALBERTO FOGAÇA

Vice-Presidente:
RAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR

Conselheiros:
LUÍS FELIPE LORO
GABRIEL SOUSA MARQUES
DE AZEVEDO
MARGA ACIOLI

Suplentes:
VELUMA VITÓRIA MENEZES FARIA
MARIANA BARBALHO DA SILVA

Projeto Gráfico e diagramação
AGÊNCIA MOOVE E OOXZ

Jornalista responsável
GUSTAVO TORQUATO
(DRT: 0007832/DF)

A REVISTA ULYSSES É UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES.

A REVISTA ULYSSES NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS CONCEITOS EMITIDOS NOS ARTIGOS ASSINADOS.

**CAMINHOS
PARA O BRASIL**
NOSSO PAÍS, NOSSA CAUSA.

Sumário

- 02 EDITORIAL**
Pensar o Brasil foi o primeiro passo
Alceu Moreira
- 08** A força política do MDB na formação do Brasil
Marco Villa
- 10** Conheça a evolução dos programas do MDB ao longo de 60 anos
Adriano Ceolin
- 14** As causas mobilizadoras que organizam a agenda brasileira
Gustavo Grisa
- 16** Brasília não quer aprender com o Brasil
Vinícius Lummertz
- 18** Um país que avança: o consenso prático da gestão e do território
Guto Scherer
- 22** A responsabilidade fiscal como alicerce da prosperidade: o caminho para o desenvolvimento brasileiro
Baleia Rossi
- 26** O “caminhos para o Brasil” E a importância da avaliação de políticas sociais
José Fogaça
- 28** Inclusão produtiva: o caminho para o crescimento e desenvolvimento do Brasil
Susana Kakuta
- 32** Caminhos para vencer o desafio da educação de qualidade
Raul Henry
- 36** As rotas bioceânicas apontam para o futuro
João Villaverde
- 38** Segurança pública no centro do debate nacional
Alessandro Vieira
- 40** Participação feminina e renovação da política brasileira
Kátia Lôbo
- 42** Convergência política e o documento Caminhos para o Brasil
Michel Temer

EDITORIAL

Pensar o Brasil foi o primeiro passo

ALCEU MOREIRA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
ULYSSES GUIMARÃES

Presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães e cumpre o 4º mandato como deputado federal. No Congresso tem sido presença constante nas listas entre os parlamentares mais influentes do Brasil. Atualmente preside a Frente Parlamentar do Biodiesel e já comandou, por dois anos seguidos, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Iniciou a carreira política como vereador em 1983. Exerceu o cargo de vice-prefeito e foi duas vezes prefeito de Osório, sua cidade natal. Atuou como deputado estadual por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 2003 e 2010. Já presidiu a Assembleia Legislativa e a FAMURS e foi secretário de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

O documento Caminhos para o Brasil – Nosso País, Nossa Causa nasce de uma convicção simples e poderosa: o Brasil precisa voltar a pensar o seu futuro com responsabilidade, diálogo e capacidade de convergência. Mais do que um texto programático, ele é o resultado de um processo amplo de escuta, debate e formulação coletiva que percorreu o País ao longo de 2025.

Entre janeiro e setembro daquele ano, lideranças políticas, gestores públicos, especialistas, acadêmicos e militantes participaram de um ciclo de consultas que buscou identificar os grandes desafios nacionais e, sobretudo, apontar caminhos possíveis para enfrentá-los. O objetivo foi reunir diferentes visões em torno de uma agenda comum capaz de orientar o desenvolvimento do País nos próximos anos.

O processo refletiu uma escolha política clara: diante de um ambiente frequentemente marcado por polarizações e simplificações, tornou-se necessário recuperar a capacidade de diálogo e a construção de consensos responsáveis. Pensar o Brasil exige serenidade para ouvir, maturidade para articular visões distintas e compromisso com a institucionalidade democrática.

Essa trajetória foi marcada por debates presenciais em diversas regiões do país, encontros virtuais com especialistas e contribuições vindas de diferentes setores da sociedade. A iniciativa reuniu percepções, diagnósticos e propostas sobre temas centrais da agenda nacional, como desenvolvimento econômico, governabilidade democrática, inovação, infraestrutura, educação, segurança pública e redução das desigualdades.

Ao final desse percurso, consolidou-se um documento que traduz não apenas uma visão de país, mas também uma forma de fazer política: aberta ao debate, orientada por evidências e comprometida com soluções que dialoguem com a realidade brasileira.

Caminhos para o Brasil não pretende encerrar o debate. Pelo contrário. Ele inaugura uma plataforma permanente de reflexão sobre o futuro do

País. Pensar o Brasil é uma tarefa contínua, que exige participação, escuta e responsabilidade institucional.

É nesse espírito que apresentamos esta edição especial da Revista Ulysses. As páginas a seguir aprofundam as ideias presentes no documento e convidam o leitor a refletir sobre os caminhos possíveis para o Brasil.

Porque o Brasil precisa de caminhos. E o momento de construí-los é agora.

COMO FOI CONSTRUÍDO O DOCUMENTO EM NÚMEROS



Período de construção

Janeiro a setembro de 2025



Participantes envolvidos

Mais de 10.000 pessoas participaram do processo de consulta e formulação



Encontros virtuais temáticos

21 debates com especialistas e lideranças nacionais



Debates presenciais nos estados

Ciclo de encontros regionais realizados em diversas unidades da Federação



Temas debatidos

Economia, reformas estruturais, agropecuária, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, relações internacionais, infraestrutura, ciência e tecnologia, entre outros



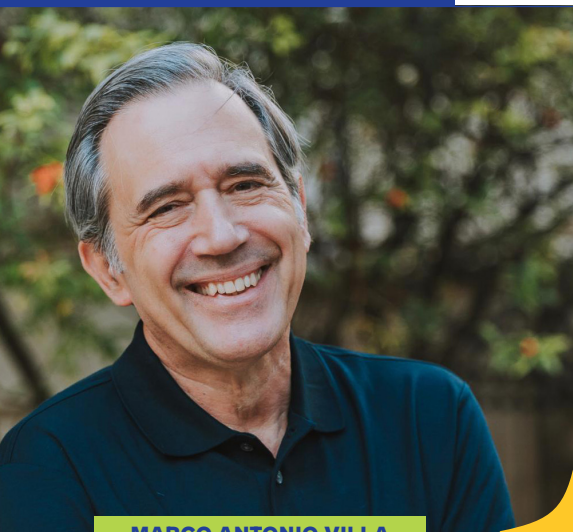
Consolidação final

Encontro Nacional realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2025

O DEBATE PERCORREU O PAÍS

Entre janeiro e setembro de 2025, a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) promoveu encontros presenciais em diversos estados brasileiros para discutir os desafios nacionais e reunir contribuições para o documento Caminhos para o Brasil. Lideranças políticas, gestores públicos, especialistas e militantes participaram dos debates que ajudaram a construir coletivamente as propostas apresentadas no documento.





MARCO ANTONIO VILLA

Bacharel em História (USP), Licenciado em História (USP), Mestre em Sociologia (USP) e Doutor em História (USP).

Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

Autor de quarenta livros, entre os quais “Canudos, o povo da terra”, “História das Constituições Brasileiras. 200 anos de luta contra o arbítrio”, “Um país chamado Brasil”, “A História em discursos. 50 discursos que mudaram o Brasil e o mundo”, “Ditadura à brasileira, 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita”, “Quando eu vim-me embora. a história da migração nordestina para São Paulo”, “Década perdida: dez anos de PT no poder”.

Foi articulista de O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo.

É apresentador do programa “Visão Crítica” da TV Jovem Pan e comentarista do “Jornal da Cultura”.

A força política do MDB na formação do Brasil

O MDB é o partido político – tendo vida legal – mais longo da história republicana. Isso não é pouco. Se na Primeira República o que predominou foram os partidos regionais – fracassaram tentativas de construir organizações políticas nacionais, como foi o caso do Partido Republicano Federal de Francisco Glicério; nos anos 1930 o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e a Ação Integralista Brasileira, criada em 1932, acabaram se transformando, ainda que brevemente, em partidos nacionais, recordando que o PCB estava na ilegalidade e a AIB conseguiu ter presença nacional mas foi extinta pelo Estado Novo. A redemocratização de 1945 criou condições de, por vinte anos, formar partidos nacionais, que acabaram extintos pela força em 1965 pelo Ato Institucional nº 2.

Em 1966, o MDB nasceu como o partido da resistência. O momento era difícil, o arbítrio tomava conta do país. O medo era o sentimento dominante. Mesmo assim, desde os seus primeiros dias, o partido demonstrou que vinha para ficar, que seria o representante da sociedade civil, dos democratas, daqueles que não iriam se sujeitar aos ditames dos donos do poder.

Para muitos, o MDB seria a “oposição consentida”. Ledo engano. Desde seus primórdios o partido mostrou a sua cara. Não foi fácil organizá-lo em um país continental, como o nosso. Mais ainda: onde imperava o medo, o receio de que

a era que a filiação ao MDB significaria ficar excluindo até da vida social, sofrer perseguição no trabalho, ser acusado de agitador e ter cotidianamente de conviver com a polícia política – isto é, ter de manter a defesa do programa democrático, evitar provocações dos extremistas e nos limites legais levar a mensagem do partido para todo o país.

Durante estes anos, o regime militar quis imputar ao partido a pecha de anti-nacional, que prejudicava a reputação internacional do Brasil, de abrigar filiados perigos à “segurança nacional”. Tudo isso porque o MDB sempre deixou claro que fazia oposição aos governos militares e não ao país. Evidentemente, como em qualquer partido, teve aqueles que não se coadunavam com os princípios partidários e com o espírito de luta tão presente entre os emedebistas. Porém, não conseguiram dar as linhas mestras da ação partidária.

O MDB pagou um preço alto pela resistência ao arbítrio. Dezenas e dezenas de parlamentares foram cassados, assim como prefeitos. O partido sempre deixou claro que faria oposição dentro dos marcos legais mesmo tendo plena consciência de que a legalidade, por estranho que pareça, era produzida por medidas arbitrárias como os atos institucionais, dezessete no total. Assim, acabou recebendo duras críticas que desqualificavam sua ação política por parte daqueles que negavam o espaço eleitoral como uma instância de combate democrático e optaram pelo

enfrentamento militar, com trágicas consequências, além de ter dado ao governo justificativa para o fechamento ainda maior do regime.

O ponto de virada foram as eleições de 1982. Ficou claro que era inevitável caminharmos para a democracia. Mas como? Foi o MDB que apontou o caminho, que entendeu que ir ao Colégio Eleitoral era necessário mesmo que ele significava a negação da eleição direta. Dialeticamente, profetizou Ulysses Guimarães: “vamos matar a cobra com o seu próprio veneno”. E assim foi.

A redemocratização e a Constituição de 1988 teve no MDB seu principal condutor. Não foi uma tarefa fácil, esteve marcada por uma dura disputa política com outras correntes de pensamento, mas o partido venceu. Colaborou com todas as propostas que apontavam para a melhoria das condições de vida dos brasileiros, como o decisivo apoio ao Plano Real. Nas prefeituras e nos governos estaduais colocou em prática o seu programa. E quando chamado à Presidência da República, em 2016, retirou o Brasil de uma grave crise, o pior biênio da história econômica republicana.

60 anos depois, o MDB continua tendo um compromisso inegociável com o Brasil, com a defesa das nossas instituições, da nossa soberania, com o desenvolvimento nacional, sem abrir mão da democracia, produto de muitos atores, é verdade, mas que teve no MDB um dos seus principais protagonistas.



ADRIANO CEOLIN

Jornalista e cientista político, atua como assessor de comunicação do MDB Nacional e consultor da Fundação Ulysses Guimarães.

Conheça a evolução dos programas do MDB ao longo de 60 anos

Ao longo de seus 60 anos de história, o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sempre apresentou programas e propostas para o País. “Caminhos para o Brasil”, de outubro de 2025, é o mais recente deles. Como ocorreu em outras oportunidades, a principal marca do documento é a defesa incondicional do sistema democrático. Esse espírito está presente em todos os programas do MDB.

O primeiro ideário consta no Manifesto de fundação do partido, lido pelo senador Oscar Passos, primeiro presidente nacional do MDB, em sessão da Câmara Alta no dia 10 de fevereiro de 1966. Em 6 de agosto daquele ano, ocorreu a I Convenção Nacional do MDB, oportunidade em que um programa mais definido que o manifesto inicial foi divulgado e aprovado formalmente.

A proposta defendia a retomada da democracia e o fim do arbítrio. O documento também demonstrava preocupação com a soberania da Amazônia, condenando qualquer ameaça de internacionalização. O texto tratou do fracasso do planejamento econô-

mico do governo, do desemprego e do desestímulo à produção. Em relação à política externa, foram criticadas as ações dos EUA na América Latina. O segundo programa do MDB foi aprovado durante a III Convenção Nacional do partido, realizada entre 14 e 15 de fevereiro de 1967. O documento abrangia oito capítulos e contava com um plano de ação imediata que defendia:

- **Anistia ampla e total aos cassados e perseguidos pelo Golpe de 1964;**
- **Restauração da democracia, com eleições diretas;**
- **Medidas de combate à alta do custo de vida, abolição do confisco salarial e nova legislação sobre remessa de lucros.**



A apresentação do terceiro programa do MDB ocorreu concomitantemente à confirmação do deputado federal Ulysses Guimarães (SP) como presidente nacional do partido, em substituição ao senador Oscar Passos (AC), que havia perdido a reeleição em 1970. Passos solicitou o afastamento da presidência em 1971. Outra questão relevante no período foi a vigência, desde o fim de 1968, do Ato Institucional número 5 (AI-5), que causou enorme impacto no País e na atuação do MDB. Isso porque o AI-5 ampliou os poderes da ditadura e cassou direitos básicos, como o habeas corpus, permitindo mais cassações e prisões. O MDB teve, então, de rever sua estratégia oposicionista.

O documento de 1972 reivindicou, principalmente, a volta do direito ao habeas corpus. No âmbito econômico, o programa reforçou o posicionamento partidário quanto ao nacionalismo e ao controle estatal em setores estratégicos, como energia e transportes. O documento também trouxe diretrizes trabalhistas e de caráter socioeconômico: combate à miséria e à desigualdade; reforma agrária e estímulo ao cooperativismo; valorização do trabalho com autonomia sindical e reajustes salariais baseados no custo de vida; além da expansão dos serviços públicos, focando na reforma do sistema de saúde e na erradicação do analfabetismo.

Segunda Fase

O programa do MDB de 1972 serviu como referência até 1979, quando a ditadura militar articulou a reforma partidária para retomar o multipartidarismo. Visando manter a oposição em uma única sigla, o MDB resistiu à mudança, mas foi superado pela vontade do governo e da Arena. A Arena foi rebatizada como PDS, enquanto o MDB, por força da nova legislação, incluiu o “P” de Partido em seu nome, tornando-se PMDB. A maioria de seus integrantes permaneceu na sigla, embora alas à esquerda tenham migrado para o PDT e o PT, e uma ala moderada tenha fundado o PP.

Essa movimentação resultou em um novo programa, elaborado por um grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso a pedido de Ulysses Guimarães. Batizado de “Esperança e Mudança”, o plano tinha como meta a democratização total via Assembleia Nacional Constituinte. O foco era a redistribuição de renda por meio de uma reforma tributária progressiva, na qual os ricos pagariam mais que os pobres. Nas demais propostas econômicas, havia um caráter de maior intervenção estatal e defesa de empresas públicas.

Atualmente, o MDB adota uma linha mais equilibrada, apostando na “economia liberal com profunda responsabilidade social”, conforme define Alceu Moreira. O presidente Baleia Rossi reitera que o partido é “centro-direita

na economia e centro-esquerda na área social”. No programa “Esperança e Mudança”, assim como em outros dos anos 1980, havia um viés de maior poder para o Estado. Em 1984, esse plano foi adaptado no “Compromisso com a Nação”, plataforma da chapa Tancredo-Sarney. O documento defendia a Constituinte, eleições diretas, reformas tributária e agrária, além da defesa da educação básica e da Amazônia. O governo Sarney (1985-1990) aplicou essas ideias, consolidando o SUS, o seguro-desemprego e o vale-transporte.

Terceira Fase

Em outubro de 2015, diante da crise econômica, a Fundação Ulysses Guimarães apresentou “Uma Ponte para o Futuro”, programa emergencial que propunha medidas para o equilíbrio fiscal e o aumento da participação do capital privado. O objetivo era estancar a dívida pública por meio de um “choque institucional”, sugerindo o fim de vinculações constitucionais e de indexações salariais.

Para a retomada do crescimento, defendeu-se a prevalência do acordado sobre o legislado nas leis trabalhistas. Sob a presidência de Michel Temer, essas propostas foram implementadas, resultando na queda da inflação para 2,71% em 2017 e na redução da taxa Selic para 6,50%. A reforma trabalhista contribuiu para a queda gradual do índice de desemprego registrada desde então.



GUSTAVO GRISA

Gustavo Grisa é economista com Mestrado em Negócios Internacionais pela Thunderbird School of Global Management e formação executiva na Universidade de Cambridge. Já atuou como analista de risco político para a América Latina nos EUA, consultor de projetos em inovação pública e estratégia governamental e institucional, formulação de programas de governo e cenários políticos e econômicos. É um dos formuladores do documento político-programático “Caminhos para o Brasil-Nosso País, Nossa Causa”.

As causas mobilizadoras que organizam a agenda brasileira

As linhas de posicionamento político-programático que são propostas em “Caminhos para o Brasil. Nosso País, Nossa Causa” são reflexo de análise cuidadosa e equilibrada sobre a conjuntura brasileira, de uma visão compartilhada de Brasil e mundo com força de mudança para enfrentar distorções e atrasos históricos, enquanto se prepara e projeta um futuro que já se apresenta, não muito distante. E, especialmente, o reflexo dos valores permanentes do MDB em pontos como a democracia inegociável, a governabilidade responsável e a atuação política como veículo de soluções para a sociedade e para o país, e não como fomento de crises e ingovernabilidade.

Essa agenda de modernização, atualização e projeção do Brasil para um novo ciclo é apresentada a partir de uma organização e estrutura que combina as grandes causas brasileiras aos principais eixos de atuação política e programática.

As causas mobilizadoras do documento estão distribuídas em três eixos estruturantes:

O eixo de **consolidação da democracia** reúne causas muito importantes para o MDB: a evolução e valorização das instituições brasileiras; uma atuação com res-

ponsabilidade, não obstante assertiva nas relações internacionais; a necessária autonomia do Banco Central, de agências reguladoras e outros organismos com a finalidade de resguardar as nossas instituições. Há uma ênfase no respeito aos princípios constitucionais e relação harmônica entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O governo também deve aproximar-se mais do cidadão, de forma a também influenciar positivamente a credibilidade das instituições ao mostrar-se mais útil, presente, ágil e prestativo em seus serviços e interação.

Retomada do desenvolvimento agrega as causas mobilizadoras ligadas à recuperação econômica do Brasil, que vem da convicção da busca do equilíbrio fiscal à gestão macroeconômica que imprima ao país uma condição de retomada da confiança e atratividade para que tenhamos mais investimentos na economia. Nesse eixo também é discutida a relação entre o clima de confiança, a segurança jurídica e avanços em marcos regulatórios para maior expansão da infraestrutura. As novas formas e modalidade de economia urbana e empreendedorismo, assim como o estímulo a setores de serviços, alta tecnologia e turismo estão nesse eixo. No entendimento do documento “Caminhos para o Brasil”, apenas um sistema sinérgico de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação poderá impulsionar o Brasil nos setores dinâmicos da economia e valorizar características

únicas que temos como a nossa biodiversidade e nossos minerais raros, e como o maior fornecedor de segurança alimentar para o mundo a partir de nossa agricultura e pecuária.

O terceiro eixo de “Caminhos para o Brasil” trata das políticas, ações e estratégias para **redução das desigualdades**, o grande bloco das políticas voltadas à melhoria de qualidade de vida e maiores oportunidades a todos os brasileiros. A qualidade na educação como causa principal das políticas públicas, a inclusão produtiva como uma responsabilidade social para com o país. Também aborda a evolução das políticas sociais no sentido de maior integração e geração de autonomia e oportunidade às famílias brasileiras, bem como a gestão e modernização de um dos maiores sistemas de saúde em todo o mundo, o SUS, criado pelo MDB.

Ao se percorrer as causas mobilizadoras no documento, se encontram os principais assuntos da agenda pública brasileira. A principal proposição de “Caminhos para o Brasil” é que esta agenda esteja em movimento, que pautar as proposições de eleição e governo estaduais e federal, e que contribua para o debate nacional no sentido de uma plataforma equilibrada e abrangente de país, contemplando nossa diversidade e escala nacional. Uma agenda pública brasileira com a marca e os princípios do MDB e do centro democrático.



VINÍCIUS LUMMERTZ

Formado em Ciências Políticas pela Universidade Americana de Paris e com cursos de alta gestão no IMD-Lausanne e Kennedy School-Harvard. Lummertz foi Ministro do Turismo, Presidente da Embratur e Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Secretário de Planejamento de Santa Catarina.

Existe um velho ditado português que atravessou séculos e chegou intacto ao Brasil: em casa de ferreiro, espeto de pau. O ferreiro fabrica ferramentas de metal para todos, mas, na própria casa, acaba usando um espeto de madeira. Quem domina a técnica não a aplica a si mesmo. Façam o que eu digo, não façam o que eu faço.

Poucas metáforas explicam melhor um dilema persistente da política brasileira.

Pesquisas recentes indicam que apenas cerca de um terço dos brasileiros avalia positivamente o governo Lula. Levantamentos como o da Ipsos-Ipec apontam cerca de 33% de avaliação ótimo ou bom. O dado não é inédito na história presidencial brasileira, mas chama atenção quando comparado com a avaliação de muitos governos estaduais e municipais.

Em vários estados, governadores registram índices muito superiores. O governador do Paraná, Ratinho Júnior, aparece com aprovação próxima de 85%. Em Goiás, Ronaldo Caiado mantém índices de mais de 70%, dando continuidade a uma tradição de reconhecimento político no estado que já havia levado Marconi Perillo a ser eleito quatro vezes governador. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas também mantém avaliações positivas, assim como Romeu Zema, em Minas Gerais, e Jorgeinho Mello, em Santa Catarina.

O mesmo ocorre nas cidades. No Rio de Janeiro, Eduardo Paes mantém elevados níveis de aprovação. Em São Paulo, o atual prefeito também registra avaliação positiva. E, em milhares de municípios brasileiros,

prefeitos superam 50% de aprovação e conseguem se reeleger.

Há exemplos históricos ainda mais claros. As gestões de Jaime Lerner, em Curitiba, tornaram-se referência internacional de inovação urbana. Em São Paulo, um ciclo iniciado com Franco Montoro e consolidado por Mário Covas, Geraldo Alckmin e, mais recentemente, João Doria produziu décadas de modernização administrativa. Em Santa Catarina, os governos de Luiz Henrique da Silveira redesenharam a economia estadual e ajudaram a transformar o estado em uma das economias mais dinâmicas do país.

Esse contraste revela algo importante: o Brasil não é simplesmente um país mal governado. Existem experiências bem-sucedidas nos estados e municípios.

O problema aparece com mais intensidade no plano federal. O orçamento da União ultrapassa R\$ 6,25 trilhões, mas apenas cerca de R\$ 89 bilhões ficam disponíveis para investimentos diretos, enquanto aproximadamente R\$ 1,7 trilhão em investimentos privados permanecem travados por burocracia e licenças federais. Não faz e não deixa fazer.

Forma-se, assim, a percepção de um poder central distante, gastando recursos como se fossem infinitos e com resultados difusos.

Enquanto isso, estados e municípios operam com regras fiscais mais rígidas. A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, e o Teto de Gastos, do governo Michel Temer, além da Lei das Estatais, ajudaram a disciplinar a gestão pública, rebaixaram os juros e o país voltou a crescer com aceleradas reformas. O problema é que essa disciplina passou a ser aplicada com muito rigor nos governos subnacionais, e não no próprio governo federal, que retrocedeu, atualmente, sobre tudo o que foi feito.

A lição é clara. Em uma federação como o Brasil, o país precisa não só fazer o que professa, mas também aprender com as experiências bem-sucedidas de seus próprios estados e municípios.

Isso exige direção nacional. Quando Michel Temer assumiu a Presidência em meio a uma crise institucional, apresentou um programa claro de reformas conhecido como Ponte para o Futuro. Era um plano de governo com sentido de país.

No plano federal, onde o poder é mais distante da vida cotidiana, planos de governo tornam-se essenciais para orientar decisões e criar responsabilidade política e compromisso público.

Se estados e municípios mostram que o Brasil pode ser bem governado, o desafio nacional vai além: transformar essas posturas e experiências em referência para um projeto de país.

Brasília não quer aprender com o Brasil



GUTO SCHERER

Secretário Executivo da Fundação Ulysses Guimarães e especialista em gestão pública e inovação política. Lidera os programas Escola Movimento, Escola de Líderes e o Programa de Inovação na Gestão Pública da FUG. Representa a instituição em agendas estratégicas de formação, democracia e desenvolvimento em todo o Brasil.

Um país que avança: o consenso prático da gestão e do território

Em meio ao ruído permanente da polarização política, há um Brasil que continua avançando. Longe das disputas retóricas, setores produtivos, universidades, municípios e empreendedores seguem construindo soluções concretas para os desafios do desenvolvimento nacional. É o Brasil real, aquele que trabalha, produz e inova, e que, frequentemente, encontra convergências onde o debate ideológico enxerga apenas divergência.

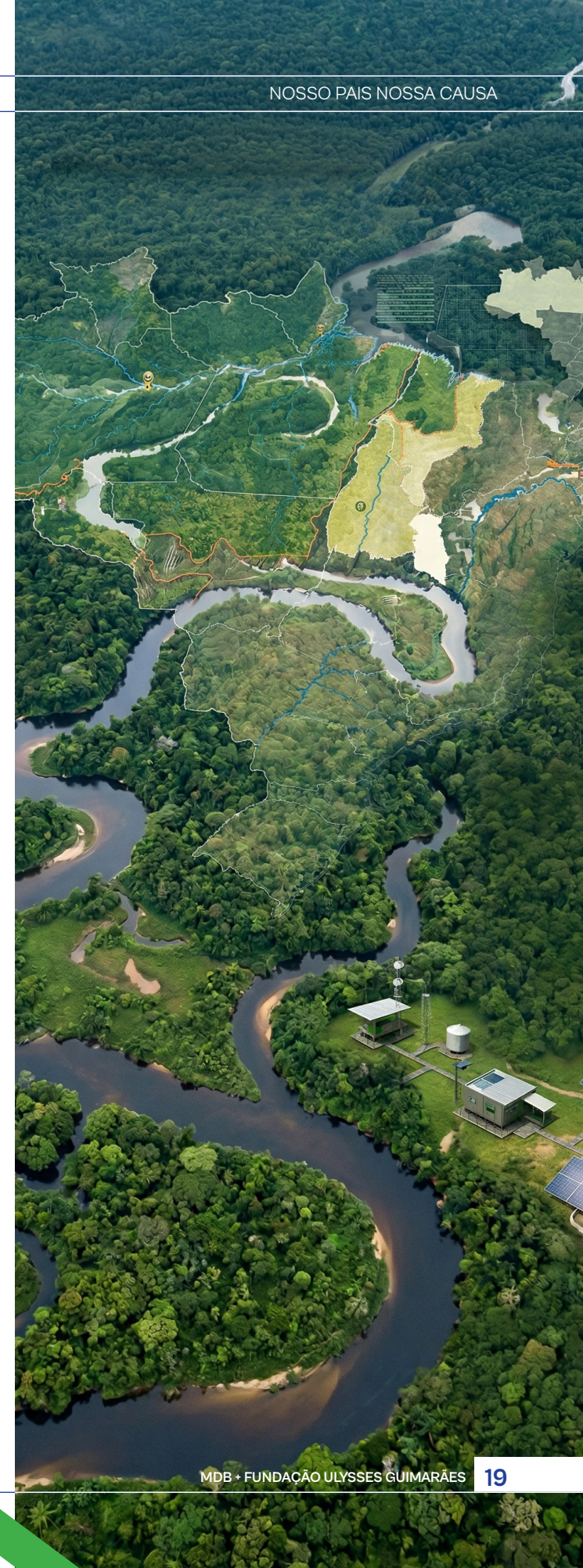
O documento Caminhos para o Brasil, da Fundação Ulysses Guimarães, demonstra que o país possui capacidades extraordinárias, mas ainda enfrenta travas institucionais e desigualdades regionais que limitam seu pleno potencial. Ao mesmo tempo, a própria dinâmica territorial brasileira revela que, mesmo diante dessas dificuldades, diferentes regiões já vêm construindo respostas práticas para esses desafios.

No campo, o agronegócio demonstra que é possível produzir mais com menos área, combinando tecnologia, ciência e gestão eficiente. A integração entre institutos de pesquisa e produtores transformou o país em referência mundial em produtividade sustentável. Em paralelo, cresce a agroindustrialização regional, agregando valor à produção primária e gerando emprego e renda no interior.

O BRASIL NÃO ESTÁ PARADO.

Em diferentes regiões, setores produtivos e ambientes de inovação já apontam caminhos para o desenvolvimento nacional.

Esse movimento também se manifesta na expansão de polos tecnológicos e ambientes de inovação que retêm talentos no Brasil. Um exemplo estratégico é a gestão de Sebastião Melo (MDB) em Porto Alegre. Por meio do Pacto Alegre, a cidade consolidou um ecossistema de inovação baseado na cooperação entre governo, academia e setor privado. Trata-se de um modelo de governança que conecta a inteligência acadêmica à economia urbana e cria bases duradouras para o desenvolvimento tecnológico da capital gaúcha.



No Norte do país, o governador Helder Barbalho (MDB) lidera outra frente de convergência: a bioeconomia. Com o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), o Pará articula preservação ambiental, ciência e novas cadeias produtivas. A iniciativa posiciona o estado no centro do debate

global sobre economia de baixo carbono e fortalece sua inserção em novas rotas logísticas e produtivas.

Nos municípios brasileiros, especialmente em áreas rurais, o desafio da equidade territorial exige soluções igualmente pragmáticas. Experiências locais têm mostrado que o progresso nasce quando o setor público e a sociedade civil compartilham diagnósticos e buscam eficiência operacional. O MDB, historicamente associado à construção de pontes, reafirma sua vocação ao promover gestões que priorizam o resultado institucional sobre o embate partidário.

O desafio é ampliar essas experiências e criar um ambiente institucional que permita sua multiplicação. O Brasil não precisa esperar por um consenso perfeito para avançar; precisa fortalecer as convergências reais que já nascem no território. É assim que a política reencontra seu verdadeiro papel: construir pontes para que o país continue prosperando.



O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO TERRITÓRIO

ÁREA	MOVIMENTO OBSERVADO	IMPACTO
Agricultura	ganho de produtividade com tecnologia	maior competitividade global
Agroindústria	interiorização do processamento	geração de renda regional
Tecnologia	consolidação de polos inovadores	novas empresas e empregos qualificados
Logística	integração de regiões a corredores de transporte	expansão de mercados
Municípios	busca por políticas territoriais	redução de desigualdades locais





BALEIA ROSSI

PRESIDENTE NACIONAL DO MDB

Foi vereador, deputado estadual e exerce seu terceiro mandato como deputado federal. Foi líder de bancada de 2016 a 2020. É autor da PEC 45 da Reforma Tributária que resultou na mudança constitucional que modernizou o sistema de impostos sobre consumo. Exerce o segundo mandato como presidente nacional do MDB.

A responsabilidade fiscal como alicerce da prosperidade: o caminho para o desenvolvimento brasileiro

O Brasil encontra-se em uma encruzilhada histórica, marcada por um crescimento econômico lento que nos mantém aprisionados na “armadilha da renda média”. Para romper essa inércia e consolidar um ciclo sustentável de progresso, o documento político-programático “Caminhos para o Brasil” defende que a responsabilidade fiscal não deve ser vista apenas como um imperativo contábil, mas como o núcleo vital de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento.

A retomada do desenvolvimento exige, fundamentalmente, a recuperação da confiança.

Políticas fiscais justas e eficientes são os instrumentos necessários para manter o delicado equilíbrio entre gastos públicos e geração de receita. Segundo as diretrizes propostas, uma gestão macroeconômica responsável sustenta-se em cinco pilares interdependentes: responsabilidade fiscal (cumprimento de metas e contenção

da dívida), controle inflacionário, câmbio livre, elevação da poupança pública e ganho de produtividade.

O sucesso nesses fatores gera um ciclo virtuoso: a melhoria dos fundamentos das contas públicas permite a redução da taxa básica de juros (SELIC) e o barateamento do crédito.

Isso é essencial para que o Brasil recupere o seu “grau de investimento” e atraia o capital de longo prazo necessário para financiar projetos estruturantes, especialmente em infraestrutura, onde o País precisa investir cerca de 4% do seu PIB anualmente.





EFICIÊNCIA DO GASTO E RESGATE FUNCIONAL DO ESTADO

Defender políticas fiscais para o desenvolvimento não significa apenas conter despesas, mas sim priorizar a qualidade do gasto público. O Estado brasileiro deve passar por um “resgate funcional”, colocando o cidadão no centro da estrutura pública. Isso pressupõe uma Reforma Administrativa responsável que valorize o mérito e a produtividade, tornando a máquina pública mais ágil e eficaz.

A disciplina fiscal atua como um mecanismo de proteção para a população, especialmente a mais pobre, contra o imposto invisível da inflação e os efeitos colaterais do descontrole fiscal. Além disso, o reequilíbrio financeiro permite que a União, estados e municípios retomem sua capacidade de induzir o desenvolvimento local e reduzir as disparidades regionais.

Um ponto central na defesa da nova política fiscal é a modernização da gestão orçamentária. O programa propõe a adoção de matrizes temáticas obrigatórias no Orçamento e no Plano Plurianual (PPA). Esse modelo per-

mite ordenar a execução de recursos, inclusive as emendas parlamentares, garantindo que o dinheiro público seja direcionado a iniciativas estratégicas e de alto impacto, evitando a pulverização histórica de recursos em projetos de baixa resolutividade.

Por fim, o desenvolvimento econômico é indissociável da segurança institucional. O respeito aos contratos, a autoridade das agências reguladoras e a harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são as garantias necessárias para a previsibilidade das relações econômicas. A política fiscal, dentro deste marco legal e democrático, é o que viabiliza a autonomia nacional e a justiça intergeracional, garantindo que o peso das crises de hoje não seja transferido para as gerações futuras.

O caminho proposto pelo MDB reafirma que a dinâmica econômica e a profunda responsabilidade social são faces da mesma moeda. Somente com contas em ordem e um Estado funcional o Brasil poderá transformar suas imensas vantagens comparativas em prosperidade real para todos os seus cidadãos.



JOSÉ FOGAÇA

Advogado e Presidente do Conselho Editorial da Fundação Ulysses Guimarães, Fogaça foi senador, deputado federal e estadual pelo Rio Grande do Sul, além de prefeito de Porto Alegre pelo MDB.

O “Caminhos para o Brasil” E a importância da avaliação de políticas sociais

A Fundação Ulysses Guimarães produziu, e o MDB adotou, em novembro de 2025, o “Caminhos para o Brasil”, um documento de mais de 50 páginas abordando vários campos da gestão pública, com o objetivo de orientar as ações partidárias, principalmente no ano eleitoral de 2026.

Entre os temas propostos, tem grande relevância o diagnóstico e o posicionamento político do partido frente à recente evolução das políticas sociais no Brasil. Tais programas, para o MDB, não estão dissociados de uma necessária e sistêmica inclusão produtiva, ou seja, é fundamental que essas políticas tenham como resultado, além da proteção social, inquestionável, uma taxa relevante de emancipação de seus beneficiários.

O “Caminhos para o Brasil” se dispõe, inicialmente, a um crucial diagnóstico das políticas sociais no Brasil. Nesse diagnóstico revela-se, no país, um sistema robusto e abrangente de atenção social aos que mais precisam: Previdência Social, SUS, Auxílio-Gás, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, entre outros. Poucos países do mundo, principalmente no



ranking dos países em desenvolvimento, tem um sistema tão complexo e tão amplo de benefícios sociais à sua população. Essa gigantesca engrenagem, no entanto, conforme apontou recente diagnóstico do Tribunal de Contas da União, tem alta fragmentação e baixos níveis de eficiência.

O documento “Caminhos para o Brasil” vai ao cerne dessa questão ao tocar em um dos pontos mais sensíveis das práticas de administração pública em nosso país: somos capazes de iniciativas bastante ousadas, de alto alcance social, mas somos pouco afeitos a uma cultura consolidada de avaliação de impacto. Somos competentes quanto ao **antes**, mas temos sérias fragilidades quanto ao **durante** e o **depois**.

Depois de lançados os programas, ficamos absortos pelo seu dia a dia, não fazemos efetiva integração intersetorial, o processo de monitoramento é quase inexistente. A gestão pública no Brasil tem baixíssima transversalidade.

No Bolsa Família, por exemplo, a promoção da inclusão produtiva é mí-

nima ou quase nenhuma. Não há um acompanhamento das famílias beneficiadas. Apenas 20% dos brasileiros que ocupam as faixas de pobreza estão integrados de alguma forma ao mercado de trabalho. A conclusão é simples: no Brasil não existe, de fato, uma política séria de inclusão produtiva.

É nesse sentido que surge uma das propostas mais interessantes do “Caminhos para o Brasil”: a criação dos Agentes de Desenvolvimento Social, uma espécie de cuidadores sociais para monitorar as famílias e articular seus interesses e reais melhorias no que diz respeito a educação, saúde, habitação e mercado de trabalho. Os ADS exerceriam suas funções dentro de um ecossistema legal no qual teriam a incumbência de uma curadoria: orientar o bolsista a conquistar um emprego de verdade sem perder o auxílio do Bolsa Família.

Como no Brasil não há avaliação sistemática de políticas públicas, as falhas não são corrigidas, os vazios funcionais não são preenchidos, a eficiência dos programas é muito menor do que a que realmente poderia ser alcançada.

Inclusão produtiva: o caminho para o crescimento e desenvolvimento do Brasil



SUSANA KAKUTA

Atual secretária de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos de Porto Alegre (RS), Susana Kakuta possui mais de três décadas de experiência na interseção entre inovação, política pública e desenvolvimento econômico.

Qual a resposta para a escassez de mão de obra existente para atender diferentes setores produtivos, de um lado, e de outro, as milhares de pessoas inseridas e dependentes de programas sociais? Qual a resposta para o retorno a cidadania para os milhares de brasileiros cuja expectativa de futuro prescinde sair da dependência do estado? Qual a resposta, via trabalho, para aumentar o PIB brasileiro e trazer maior bem estar a todos?

O Brasil precisa crescer; gerar riqueza via trabalho e fortalecimento dos diferentes setores produtivos e de uma oferta de recursos humanos para atender as novas necessidades do mercado global.

A resposta passa, necessariamente por um robusto programa de inclusão produtiva. A inclusão produtiva é uma estratégia fundamental para o crescimento econômico e a redução da pobreza no Brasil.

Um programa de inclusão devera, de forma estruturada e articulada, conter: a) ações de capacitação com conteúdo técnico e de empreendedorismo; b) uma estratégia de crédito assistido (capacitação como condição para acesso ao financiamento para colocar de pé seu empreendimento); c) uma estratégia de formaliza-

ção simplificada de empreendimentos (EI, MEI, Micro e pequeno porte...) e d) uma estratégia de acesso a emprego, emparceirada com o setor produtivo. É relevante que todas estas ações estejam presentes para que realmente se consiga transformar rumo a vida produtiva, seja pelo emprego, seja pela via da criação de sua própria pequena empresa. Muitos programas falham pois oferecem somente soluções parciais... capacitam mas não promovem ações de acesso ao emprego, por exemplo.

Estudos de entidades como PNUD e IPEA, afirma que, de imediato, cerca 5 milhões de brasileiros podem ser beneficiados pelo programa de inclusão produtiva que pode ter como resultados concretos no campo social, a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil; o aumento da autoestima e da cidadania dos brasileiros; a melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras. Sob a ótica do impacto econômico de um programa desta natureza, estimam o crescimento de 1,5% no PIB do Brasil nos próximos 5 anos; a geração de 2 milhões de novos empregos nos próximos 5 anos; a redução de 20% na taxa de desemprego nos próximos 3 anos (isto com uma estimativa de investimento de 10 bilhões num programa, em 5 anos).

Um programa robusto de inclusão produtiva requer um amplo sistema de parcerias e uma gestão por resultados; pois o desafio da inclusão esta em todo território brasileiro e, por consequência, precisa ter uma ação orquestrada e ter resultados significativos. Reinsere adultos que estão fora do mercado de trabalho; os desempregados e os jovens é tarefa essencial para garantir o crescimento da nação e a redução do investimento em programas sociais continuados. Capacitar, adensar conhecimentos e converter profissões é a saída para uma imensa massa de brasileiros que precisam retomar sua cidadania e a condição de sonhar por uma vida melhor para si mesmo, para sua família, comunidade e nação.

Uma contribuição importante pode ser alcançada com o engajamento e parceria com o Sistema S, especialmente, SENAI, SENAC, SENAR e Sebrae, em função de sua infraestrutura distribuída pelo Brasil; sua competência em oferecer educação e treinamento que atendem às necessidades do mercado de trabalho aumentando a empregabilidade e a renda, promovendo a inclusão social e a redução da pobreza.

Com a inclusão produtiva, o Brasil pode se tornar um país mais justo e próspero, com oportunidades para todos.



FUNDAMENTOS DA NOVA MATRIZ

CIÊNCIA E PESQUISA APLICADA

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

AMBIENTE REGULATÓRIO ESTÁVEL

INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL



RAUL HENRY

Economista com mestrado em Gestão Pública com foco em educação. Foi vice-prefeito e secretário de Cultura, Turismo e Esportes da Cidade do Recife. Exerceu um mandato de deputado estadual e três de deputado federal. Tanto na Assembleia Legislativa de Pernambuco, quanto na Câmara dos Deputados, foi membro titular da Comissão de Educação. No Governo do Estado, ocupou os cargos de secretário de Educação e Cultura, secretário de Planejamento e secretário de Desenvolvimento Econômico. De 2014 a 2018, foi vice-governador de Pernambuco. Atuou, ainda, como membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselho Nacional de Educação. Atualmente é presidente do MDB-PE.

Caminhos para vencer o desafio da educação de qualidade

É amplamente conhecido que educação promove cidadania, eleva a renda pessoal dos mais escolarizados, impulsiona o desenvolvimento econômico das nações, melhora indicadores de saúde e segurança, reduz desigualdades e fortalece a mentalidade democrática.

Um balanço da realidade educacional do Brasil nos leva a duas conclusões: avançamos na universalização das matrículas do Ensino Básico, implementamos sistemas de financiamento e avaliação, mas estamos longe de vencer o desafio da aprendizagem, que é o principal objetivo da escola.

Tomando como referência o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o que se vê são alunos de 15 anos, próximos à conclusão do Ensino Básico, ocupando posições entre as nações educacionalmente mais atrasadas do mundo. E a pior notícia é que não existe uma tendência de melhora.

Pelo contrário, na série de dados de 2009 a 2022, há um pequeno viés de queda nas três disciplinas avaliadas, Leitura, Matemática e Ciências.

Apesar disso, experiências de sucesso, tanto no âmbito internacional como no Brasil, nos apontam caminhos claros para enfrentar esse cenário.

O primeiro deles é que política educacional deve ser sistêmica. Nenhuma iniciativa isolada, por melhor que seja, é capaz de promover a mudança dos indicadores de aprendizagem.

A outra recomendação é integrar os pontos cruciais de uma agenda educacional consistente: foco na primeira infância, alfabetização na idade certa, Ensino Básico com currículo de educação integral, ampliação do Ensino Profissional e Tecnológico e valorização da carreira docente.

É na primeira infância, de 0 a 6 anos, que se formam 90% das conexões

neurais responsáveis pelo pleno desenvolvimento dos indivíduos. Pesquisas do economista James Heckman, prêmio Nobel de 2000, demonstram que para cada dólar investido em políticas para primeira infância, 7 dólares são economizados em outras políticas sociais até que a pessoa chegue aos 35 anos de idade. Uma primeira infância com os cuidados e os estímulos adequados resulta em um adulto com capacidades afetivas, cognitivas e socioemocionais plenas.

A alfabetização é a etapa seguinte no processo de desenvolvimento humano. Uma criança que não se alfabetiza na idade certa está condenada a uma vida escolar de fracassos. Portanto, é fundamental coordenar com os municípios uma política de alfabetização que não deixe nenhuma criança para trás.



Durante o restante do Ensino Básico, a prioridade deve ser a implementação da educação integral, com currículo acadêmico enxuto e altas expectativas de aprendizagem, além de disciplinas que preparem para a vida contemporânea, como as competências socioemocionais e a educação digital.

Esse é o conteúdo da escola do futuro. Uma escola que possa formar pessoas para uma vida produtiva, digna e gratificante.

Além da educação em tempo integral, o Brasil precisa investir na ampliação da Educação Profissional e Tecnológica. Enquanto nos países da OCDE a taxa de matrículas em cursos profissionalizantes atinge 42% dos jovens do Ensino Médio, no Brasil ela fica em torno de 10%. E metade desses jovens vão para a universidade, compondo o percentual dos 20% da juventude que frequenta o Ensino Superior. Como só 5%, além dos universitários, vão para o mercado de trabalho com a formação adequada, restam 75% dos jovens brasileiros largados ao subemprego e ao

desalento, quando não são recrutados pela criminalidade.

Para a realização de todas essas políticas, entretanto, há um fator crucial: professores qualificados e motivados.

A missão de “produzir” um bom professor, porém, não é tarefa simples. Para isso, são necessárias boas políticas de recrutamento (ou seja, a carreira tem que ser atrativa), uma formação docente focada no currículo e planos de carreira que ofereçam sistemas de incentivo adequados para o permanente aperfeiçoamento profissional e o efetivo engajamento do professor no processo de ensino-aprendizagem.

A experiência mostra que essa estratégia de políticas integradas é o único caminho para a obtenção dos resultados desejados. Mas implementá-la exige trabalho sério, persistente e continuado. E, sobretudo, a decisão das lideranças políticas do país de transformar a educação em uma prioridade de fato.





JOÃO VILLAVERDE

João Villaverde é Secretário de Articulação Institucional (SEAI) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) desde 2023. Ele é doutor e mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-SP.

As rotas bioceânicas apontam para o futuro

Imagine você, que lê este texto, o seguinte cenário: ao seu redor estão montanhas repletas de neve enquanto você desliza com seu carro por uma pista asfaltada, bem sinalizada, que leva ao deserto mais seco do planeta e, deste, ao maior oceano do mundo. Agora imagine que, se você pegar o sentido contrário, passará por cidades coloniais famosas por chocolates quentes, em seguida por centros de compras e, a depender do caminho que escolher, passará pelo Pantanal ou pela Mata Atlântica, desembarcando nas praias e portos brasileiros. Este é o cenário da Rota Bioceânica de Capricórnio, que permite trafegar (de carro, de ônibus de turismo ou de caminhão com carga) do Atlântico ao Pacífico integrando São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul aos nossos vizinhos no Paraguai, na Argentina e no Chile.

Essa é uma das cinco Rotas de Integração Sul Americana, um programa original, formulado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento desde 2023. O programa engloba todos os Estados brasileiros e todos os países de nossa região.

As rotas contam com todos os modais: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias e infovias. As rotas são pragmáticas: elas partem da infraestrutura que já existe em nosso continente e aquela que está atualmente em construção. E, portanto, um programa voltado ao médio prazo, mas com impactos imediatos, sentidos já neste ano de 2026.

O programa Rotas busca cumprir o sonho dos nossos Constituintes. Está lá, na primeira página de nossa Constituição, logo no quarto artigo, parágrafo único, o dever maior de nos integrarmos aos nossos vizinhos. Aquele sonho, liderado pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e pelo presidente José Sarney, nunca esteve tão próximo de virar realidade como está agora.

Desde 2023, com a reunião de líderes sul americanos que gerou o Consenso de Brasília, o Ministério do Planejamento e Orçamento, sob liderança da ministra Simone Tebet, formulou um novo programa que levasse em consideração a infraestrutura instalada no Brasil e na região, adicionando as obras e projetos contratados pelo Novo PAC, com investimentos públicos e privados. Há iniciativas de curto prazo, como a hidrovia do Solimões, integrando

Ap Amazonas a Colômbia, Peru e Equador; a finalização da BR-156, unindo o Amapá às guianas, passando pelo linhão de energia elétrica do Tucuruí (PA), que permitiu a integração de Roraima ao sistema unificado nacional, e a ponte Brasil-Paraguai em Porto Murinho (MS). Iniciativas de médio prazo, como a ponte Brasil-Bolívia em Guajará Mirim

(RO) que facilitará os fluxos de mercadorias e de turistas entre Acre, Rondônia e Mato Grosso com Bolívia, Peru e Chile, e a hidrovia Lagoa Mirim, que potencializará o comércio e os passeios entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. No longo prazo, os estudos para uma ferrovia bioceânica em nosso continente.

As rotas, elaboradas tecnicamente e colocadas em marcha numa grande coalizão que envolve o Itamaraty e demais ministérios do governo federal, os governadores e os prefeitos e também a sociedade civil (empresários, sindicatos e movimentos sociais), buscam aumentar os empregos, as oportunidades de negócios, o turismo e dinamizar nossas economias. Até o aniversário de 40 anos de nossa Constituição teremos uma verdadeira transformação em nossa região, decorrente deste esforço coletivo.



ALESSANDRO VIEIRA

Alessandro Vieira é senador da República por Sergipe, com atuação destacada no combate à corrupção, no fortalecimento das instituições e na defesa da transparência na gestão pública. Delegado de Polícia Civil, construiu sua trajetória profissional na área da segurança pública, com foco em investigação e inteligência.

Ingressou na vida política com a proposta de renovar práticas e ampliar a eficiência do Estado, defendendo pautas como responsabilidade fiscal, melhoria dos serviços públicos e modernização da administração. No Senado, tem atuação ativa na formulação de propostas legislativas voltadas ao aprimoramento institucional e ao desenvolvimento do país.

Segurança pública no centro do debate nacional

A segurança pública consolidou-se como um tema prioritário no cenário brasileiro, refletindo uma demanda urgente da sociedade por proteção e estabilidade. Pesquisas de opinião recentes evidenciam essa centralidade: o instituto Ipsos identificou “crime e violência” como a principal preocupação nacional entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026, atingindo picos de 52%. Similarmente, dados da Genial/Quaest mostram uma trajetória ascendente da violência como maior apreensão dos cidadãos, chegando a 38% em novembro de 2025. Já o Datafolha registrou que a preocupação com a segurança pública saltou de 7% em setembro de 2023 para 16% em dezembro de 2025.

Historicamente, o arcabouço legislativo brasileiro evoluiu a partir da Constituição de 1988, que estruturou a segurança pública no art. 144, embora sob críticas de fragmentação e excessivo protagonismo estadual. Marcos subsequentes buscaram modernizar o sistema, como a criação do Fundo Penitenciário Nacional (1994), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (1997), do Fundo Nacional de Segurança Pública (2001) e da Força Nacional de Segurança Pública (2004). Mais recentemen-

te, destacam-se a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em 2018, as Leis Orgânicas Nacionais das Polícias Cíveis e Militares (2023) e a decisão do STF em 2025 que expandiu o papel das Guardas Municipais para o policiamento ostensivo comunitário.

Há ainda muito a ser feito e a segurança pública precisa ser pensada como uma política de Estado duradoura e efetiva. Para tanto, são necessários investimentos que possibilitem uma ação coordenada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, baseada em prevenção, não apenas repressão, e que contemple a experiência dos profissionais da área.

Na prevenção, a ênfase recai sobre a educação integral técnica, efetiva e atrativa ao jovem, além de programas de parentalidade responsável, com foco na importância da figura paterna. Outra medida relevante é a presença das forças de segurança pública nas ruas, com destaque para o papel das guardas municipais que possuem alta capilaridade. É preciso, também, ocupar as faixas de fronteira com inteli-

gência, de modo a reprimir a entrada de drogas, armas e outras mercadorias ilícitas no país.

Uma coordenação institucional requer o uso de tecnologia de ponta, com a integração de sistemas informáticos incluindo polícias, ministério público, Coaf e Receita Federal, com a padronização de registros de ocorrências, o uso de inteligência artificial para monitoramento com responsabilidade, além da ampliação de bancos de dados genéticos e biométricos. Ainda, a melhoria das condições do sistema penitenciário é essencial para garantir a função ressocializadora da pena. Também a reforma do sistema socioeducativo como um todo se faz necessária.

Essas são apenas algumas medidas de muitas outras que podem ser adotadas no país. Nessa linha, a proposta política Caminhos para o Brasil, construída pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo Movimento Democrático Brasileiro, apresenta diretrizes relevantes que servem de guia para a construção de uma política pública robusta em segurança pública.





KÁTIA LÔBO

Participação feminina e renovação da política brasileira

Presidente Nacional do MDB Mulher, Kátia é ativista da causa há mais de 40 anos, atuando na promoção da igualdade de gênero e da participação feminina na política.

Idealizou iniciativas que se tornaram políticas públicas, como a vacinação contra o HPV e ações de combate à sífilis. Também contribuiu para a implementação de programas voltados à saúde da mulher e ao enfrentamento da violência.

Exerceu funções na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, na Prefeitura do Rio e no ITERJ, com atuação em políticas públicas e regularização fundiária.

Recebeu a Medalha Chiquinha Gonzaga e o Prêmio Leolinda Daltro por sua atuação em defesa dos direitos das mulheres.

A democracia brasileira vive um momento em que ampliar a participação social deixou de ser apenas um ideal e passou a ser uma necessidade concreta para fortalecer as instituições e qualificar o debate público. Nesse contexto, a presença feminina na política assume papel central. Mais do que uma questão de justiça representativa, trata-se de um fator estratégico para a renovação da política brasileira.

O documento Caminhos para o Brasil destaca que a construção de soluções para o país exige convergência política, escuta social e uma verdadeira construção coletiva. A participação das mulheres dialoga diretamente com esse princípio. Ao ingressarem nos espaços de decisão, mulheres ampliam perspectivas, incorporam novas experiências ao debate público e contribuem para a construção de consensos mais amplos e representativos da sociedade brasileira.

Nas eleições contemporâneas, observa-se que a presença feminina tem potencial de qualificar agendas políticas e ampliar a competitividade eleitoral. Mulheres candidatas frequentemente trazem ao centro do debate temas ligados ao cuidado, à proteção social, a educação e ao desenvolvimento humano – pautas essenciais para enfrentar desigualdades históricas do país. Ao mesmo tempo, a ampliação de candidaturas femininas fortalece a representatividade política, aproximando o sistema democrático da realidade plural da sociedade.

DEMOCRACIAS MAIS REPRESENTATIVAS TENDEM A GERAR MAIOR CONFIANÇA PÚBLICA, AMPLIAR O DIÁLOGO SOCIAL E PRODUZIR DECISÕES MAIS EQUILIBRADAS E SUSTENTÁVEIS.

O Caminhos para o Brasil também enfatiza que a consolidação da democracia passa pelo fortalecimento institucional e pela legitimidade das instituições. Nesse sentido, ampliar a presença de mulheres na política contribui diretamente para esse objetivo.

Democracias mais representativas tendem a gerar maior confiança pública, ampliar o diálogo social e produzir decisões mais equilibradas e sustentáveis.

Outro ponto fundamental está na superação das desigualdades territoriais e sociais que ainda marcam o país. Políticas inclusivas e participação ampliada são instrumentos essenciais para construir uma síntese nacional capaz de responder aos desafios do

Brasil contemporâneo. A participação feminina, especialmente quando articulada com diferentes regiões, realidades e trajetórias sociais, contribui para que a política seja mais conectada com as necessidades reais da população.

Portanto, promover a participação das mulheres na política não é apenas ampliar números ou cumprir cotas eleitorais. E fortalecer a democracia, renovar práticas políticas e construir um projeto de país mais inclusivo, moderno e convergente — exatamente o espírito que orienta o documento Caminhos para o Brasil.

A renovação política brasileira passa, inevitavelmente, pela liderança, pela voz e pela presença das mulheres.





MICHEL TEMER

Nascido em Tietê (SP), em 1940, é advogado, doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP e professor universitário. Foi Procurador-Geral do Estado de São Paulo e Secretário da Segurança Pública.

Deputado federal constituinte, exerceu seis mandatos pelo MDB e presidiu a Câmara dos Deputados por três vezes. Também foi presidente nacional do partido entre 1997 e 2016.

Vice-presidente da República a partir de 2011, assumiu a Presidência em 2016, permanecendo no cargo até 2019.

Convergência política e o documento Caminhos para o Brasil

O documento Caminhos para o Brasil parte da ideia de que o País precisa reconstruir convergências políticas para avançar. Na sua avaliação, por que a capacidade de convergir se tornou um tema central da política brasileira neste momento?

Resposta: Em primeiro lugar, parabéns à FUG pelo “Caminho para o Brasil”. Em segundo lugar, convergir não importa em eliminar o divergir; o divergir é importante para incentivar o diálogo, porque é deste, o diálogo, que surge a convergência. E ela é mesmo tema fundamental da política brasileira, já que representa a avaliação de toda a chamada política de Estado que interessa a todos os brasileiros. Uma coisa é a política de governo, que visa apenas a prestigiar. Em dado momento; outra é a política de Estado, que é para todos os governos. Daí por que é importante reconstruir o diálogo de que surge a divergência.

O senhor costuma defender que a democracia é, por natureza, um sistema de composição e de construção de maiorias. O Brasil perdeu parte dessa tradição de diálogo nos últimos anos?

Resposta: Este é o ponto central de tudo o que acredito: a democracia não é feita de brigas constantes, mas sim de diálogos. Quem tenta governar sozinho acaba isolado. Para um governo funcionar de verdade, ele precisa unir forças.

Infelizmente, o clima no Brasil ficou muito tenso nos últimos anos. Destaco três pontos:

Primeiro: Menos conflito e mais diálogo.

Segundo: O adversário não é um inimigo a ser destruído, mas alguém que ajuda a construir o país.

Terceiro: Foco no que importa. Enquanto a política vive de discussões ideológicas, as necessidades reais do povo — como o ‘pão na mesa’ — ficam em segundo plano.

O diálogo enfraqueceu, mas sou otimista. Trazer a paz de volta ao país é urgente. A política serve para somar, não para dividir.



O documento sugere que o País vive um paradoxo: possui grande potencial econômico, social e institucional, mas enfrenta dificuldades para transformar consensos técnicos em decisões políticas. A que o senhor atribui essa dificuldade?

Resposta: À burocracia. Quanto mais desburocratizarmos as discussões técnicas, sem perder, naturalmente, o seu rigor científico, mais rapidamente nascerão as decisões políticas.

**O DIÁLOGO ENFRAQUECEU,
MAS SOU OTIMISTA.
TRAZER A PAZ DE VOLTA
AO PAÍS É URGENTE.
A POLÍTICA SERVE PARA
SOMAR, NÃO PARA DIVIDIR.**

Em sua trajetória pública, o senhor participou de momentos importantes de pactuação institucional. O Brasil ainda dispõe hoje das condições políticas e institucionais para construir grandes consensos nacionais?

Resposta: Sem dúvida alguma. Basta recordar os vários momentos de pactuação institucional que já vivemos no país. A Assembleia Constituinte foi o momento mais expressivo desse diálogo constitucional. Construimos, na ocasião, a democracia em que hoje vivemos. Recordo que a democracia nasceu, em boa parte, pela atuação do MDB, que teve maioria numérica significativa durante os trabalhos da Constituinte.

O conceito de “Centro Democrático”, presente no documento, aparece como espaço de mediação e síntese entre posições divergentes. Qual é o papel desse campo político na estabilização da democracia?

Resposta: In medio virtus, diziam os latinos. Essa expressão conduz à ideia de harmonia, de “centro”, repudiando os extremismos. Quando os extremos se manifestam, é preciso encontrar o meio-termo a que alude a expressão latina.

Nos últimos anos, o debate público brasileiro passou a ser marcado por polarizações muito intensas. Como recuperar um ambiente político mais propício ao diálogo e à cooperação entre forças distintas?

Resposta: Pregando e divulgando o que estabelece a Constituição Federal desde o seu preâmbulo, ou seja, a solução pacífica das controvérsias. A polarização de ideias, de programas, de conceitos é fundamental para a democracia. Mas o que há hoje é a radicalização de posições, que impede o diálogo racional e de interesse do país, pois é marcada por critérios eleitorais.

O documento aponta que reformas estruturais — fiscais, institucionais e administrativas — dependem necessariamente de pactos amplos. O senhor acredita que o Brasil conseguirá construir esses acordos nos próximos anos?

Resposta: Acho que o MDB deve insistir nesses pactos. Deveria até propor um pacto republicano, mediante a reunião dos Poderes de Estado, chamando até a oposição e as mais variadas entidades da sociedade civil, pregando: “vamos nos unir para encontrar soluções que favoreçam o nosso desenvolvimento material, pessoal e cultural”.

Em diversos momentos da história recente, o País avançou quando foi capaz de produzir sínteses políticas amplas. Que lições desses períodos podem ajudar a orientar o presente?

Resposta: A história reveladora dos avanços deve sempre ser recordada. Como deve ser recordada e enaltecida “A Ponte para o Futuro”, que fez com que o MDB produzisse reformas estruturais no país, com queda de juros e da inflação.

Para concluir: olhando para o Brasil de hoje, qual é o principal desafio para transformar divergências legítimas em convergência institucional capaz de produzir resultados para o País?

Resposta: Como respondido anteriormente, mediante o aperfeiçoamento da polarização de ideias e conceitos, produtora de programas eleitorais para o país, banindo-se a radicalização que tem sido o norte dos últimos tempos.



O futuro do Brasil começa pensando sobre ele.

Cada geração tem a responsabilidade de imaginar o país que quer deixar para a próxima. E imaginar exige mais do que opinião, exige reflexão, proposta e coragem de debater.

Caminhos para o Brasil é esse espaço.

Uma plataforma criada pela Fundação Ulysses Guimarães para reunir ideias, diagnósticos e diretrizes do MDB para 2026, não como respostas prontas, mas como ponto de partida para quem acredita que o Brasil se constrói junto. O futuro do país é uma construção coletiva. E ela começa agora.

Compartilhe sua visão. Traga suas ideias.

Acesse caminhosparaobrasil.com.br

e faça parte dessa construção.

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES



FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

